

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA
OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO
PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA MTb/UFPel**

O MERCADO DE TRABALHO DE PELOTAS

RELATÓRIO SEMESTRAL 1º/2017

VERSÃO PRELIMINAR

Equipe técnica do Acordo de Cooperação MTb/UFPel:

Coordenador:
Prof. Francisco E. Beckenkamp Vargas

Sub-Coordenador:
Hilbert David de Oliveira Sousa

Pesquisadores bolsistas:
Daniel Enke Ilha
Michel Corvello Martins
Rafaella Egues da Rosa

Pelotas, novembro de 2017.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
METODOLOGIA E CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO	5
1. MOVIMENTAÇÃO E ESTOQUE DO EMPREGO FORMAL.....	9
2. ESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO SETORIAL DO EMPREGO	11
3. MOVIMENTAÇÃO OCUPACIONAL	12
4. PERFIL DOS VÍNCULOS MOVIMENTADOS.....	15
5. RENDIMENTOS DAS MOVIMENTAÇÕES DO EMPREGO FORMAL	18
5.1. Rendimentos médios totais	18
5.2. Rendimentos médios por setores da atividade econômica	18
5.3. Rendimentos médios por grandes grupos ocupacionais.....	19
5.4. Rendimentos médios segundo o perfil dos vínculos.....	20
5.5. Rendimentos por faixas em salários mínimos	22
NOTA METODOLÓGICA	23

APRESENTAÇÃO

Este relatório é parte das ações previstas pelo Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério do Trabalho (MTb) e a Universidade Federal de Pelotas em outubro de 2015, por meio do qual o Observatório Social do Trabalho - projeto de extensão ligado ao Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas – tornou-se uma unidade local da Rede Observatórios do Trabalho, coordenada pelo Ministério do Trabalho (MTb).

O Acordo tem como objetivo apoiar os Observatórios do Trabalho¹ e, com isso, assegurar condições para um adequado monitoramento de mercados locais de trabalho, bem como ampliar o diálogo com gestores, com vistas à qualificação de políticas públicas na área de emprego, trabalho e renda. Portanto, por meio dessa experiência, espera-se estimular uma ação cada vez mais qualificada, profissional e participativa dos atores sociais envolvidos.

Como parte de um processo, as análises e os dados apresentados neste Relatório relacionam-se com as demais análises já realizadas no âmbito Acordo de Cooperação com o Ministério do Trabalho, em particular, as análises referentes ao ano de 2016. No entanto, este relatório foi concebido para ser apropriado de forma independente, razão pela qual reapresenta-se, de forma resumida, alguns dos aspectos já discutidos anteriormente.

O mercado de trabalho deve ser sociologicamente analisado como um espaço condicionado por outras dimensões da vida social, pelas regras jurídicas politicamente instituídas, pelas condições históricas e econômicas consolidadas no passado, pelas relações, conflitos e lutas entre seus atores e pelas crenças, valores e sentimentos que orientam cotidianamente a prática desses atores.

Esse conjunto de dimensões não são fáceis de serem apreendidas e analisadas quando se trata de investigar o mercado de trabalho. O que se objetiva neste relatório é identificar algumas dessas dimensões, sobretudo a partir dos indicadores estatísticos de mercado de trabalho. No entanto, é preciso sublinhar que esses indicadores têm um alcance limitado e permitem captar apenas alguns aspectos desse complexo fenômeno social.

Assim sendo, esses indicadores devem ser considerados, primeiramente, como um conjunto limitado de informações sobre o mundo do trabalho e suas relações. Em segundo lugar, como um conjunto de indícios que auxiliam a reconstituir as práticas e relações sociais nesse mercado. Nesse sentido, os indicadores não “falam por si mesmos”, pois são necessários quadros teóricos de referência a partir dos quais se levantam e interpretam os dados disponíveis.

¹ O mesmo acordo de cooperação também foi firmado com outras universidades públicas federais, tais como a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Universidade Federal de Campina Grande-PB (UFCG), a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e a Universidade Federal do Pará (UFPA).

Uma vez que o mercado de trabalho é um espaço social de troca entre ofertantes e demandantes de força de trabalho, uma dimensão consiste na caracterização da estrutura da demanda, o que implica em descrever características das empresas, estabelecimentos e setores da atividade econômica. No entanto, esta dimensão não faz parte da análise deste relatório.²

Como o mercado de trabalho constitui-se também em um espaço de relações sociais mediadas por um conjunto de regras e normas cristalizadas nos direitos, proteções e instâncias de negociação, torna-se relevante caracterizar essas relações pela natureza dos vínculos estabelecidos, por sua dinâmica de admissão e desligamento, bem como pelas condições de duração dos contratos e de remuneração dos trabalhadores. Essas características oferecem um quadro bastante nítido da natureza das relações de trabalho no mercado de trabalho.

Finalmente, sendo o mercado de trabalho um espaço de produção de relações sociais, isto é, de relações que não são apenas estritamente econômicas, orientadas apenas segundo o intuito de maximização dos interesses individuais e/ou empresariais, mas fundamentadas em crenças, valores e sentimentos, presume-se que elas possam se constituir em um importante vetor de produção e reprodução de desigualdades sociais, de tal forma que diferentes grupos e categorias apresentem acesso diferencial aos recursos distribuídos nesse mercado, tais como rendimentos ou outros benefícios específicos.

Nesse sentido, os indicadores analisados neste relatório permitem traçar não apenas um perfil dos trabalhadores no mercado de trabalho, mas os níveis de desigualdades nele observáveis, de forma que se possa diagnosticar a existência de grupos sociais mais ou menos vulneráveis. Cabe ressaltar que tais grupos sociais podem se constituir em públicos alvos específicos de políticas públicas, o que de fato já ocorre em alguns casos, como os jovens e o programa do primeiro emprego, por exemplo.

Por fim, este relatório não pretende limitar nem o número e a abrangência de indicadores, nem tampouco os quadros interpretativos que estabeleçam o seu significado. O que se objetiva é apresentar um ponto de partida e um ponto de vista particular sobre o mercado de trabalho, que sirvam como base para um diálogo entre os atores sociais envolvidos.

Pelotas, novembro de 2017.

Coordenação e Equipe Técnica
Observatório Social do Trabalho (IFISP/UFPel)

² Para caracterização estrutural, ver o Relatório: O Mercado de Trabalho em Pelotas – 2016, publicado no âmbito do Acordo de Cooperação com o Ministério do Trabalho, disponível em <http://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/estudos-e-analises/relatorios/>

METODOLOGIA E CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

Este Relatório é de caráter conjuntural e tem como objetivo apresentar as principais características do mercado formal de trabalho do município de Pelotas/RS, com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), referentes à movimentação do emprego formal celetista no primeiro semestre de 2017.

O CAGED é uma base de dados administrativa do Ministério do Trabalho (MTb) baseada em informações prestadas mensalmente pelos estabelecimentos, restringindo-se ao âmbito do emprego formal celetista e registrado. Trata-se de uma base de dados que permite captar a movimentação mensal (admitidos e desligados) de vínculos formais celetistas, não abrangendo o emprego público estatutário. As informações que são disponibilizadas permitem traçar um perfil completo dos vínculos em termos de atributos pessoais (sexo, faixa etária, escolaridade), características setoriais e ocupacionais, bem como os níveis de remuneração.

Neste sentido, os dados disponíveis no CAGED possibilitam dimensionar a dinâmica da movimentação do emprego formal, identificar o crescimento ou redução na criação de postos de trabalho segundo características setoriais, ocupacionais, a natureza dos vínculos, os tipos de movimentação, a remuneração, dentre outras variáveis.

Apesar da riqueza de informações, as fontes administrativas do Ministério do Trabalho (RAIS e CAGED) não permitem captar as características do nível de atividade do conjunto da força de trabalho, nem situações de trabalho ou emprego informal (não registrado), nem tampouco dimensionar o desemprego ou desocupação. Trata-se de uma limitação do sistema estatístico brasileiro, de forma que, em nível municipal, essas variáveis de mercado de trabalho são captadas apenas nos censos demográficos realizados pelo IBGE.

As pesquisas domiciliares, anuais ou trimestrais, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tais como a PNAD Contínua, que permitem captar as dimensões acima referidas, o fazem apenas nos níveis agregados do país, das grandes regiões, dos estados, das regiões metropolitanas e das capitais, não sendo possível a desagregação em nível municipal devido ao tamanho e características das amostras domiciliares. Por essa razão, os dados conjunturais deste relatório estão focados na caracterização do emprego formal e não é possível a caracterização das situações de nível de atividade econômica e desocupação/desemprego.

Este relatório pretende contribuir para a compreensão e o monitoramento detalhado do cenário atual de crise do mercado de trabalho. Enquanto parte de um processo, não tem como objetivo realizar uma caracterização mais ampla do mercado de trabalho local de Pelotas em seus aspectos estruturais, pois isto já foi realizado anteriormente

Desta forma, concentra-se em identificar qual tem sido a dinâmica conjuntural de criação/destruição de empregos formais, dado o cenário de crise que marca a conjuntura recente da economia brasileira. Para tanto, se busca caracterizar essa dinâmica de movimentação dos vínculos formais em termos gerais e setoriais, traçar um perfil dos vínculos movimentados, bem como sua caracterização em termos de renda.

No que concerne ao mercado de trabalho no Brasil de forma geral, com as mudanças da conjuntura econômica ocorridas nos anos 2000, sobretudo a partir da segunda metade da década, vivenciou-se um cenário virtuoso combinando crescimento econômico e expansão do emprego formal protegido, redução do desemprego e da informalidade. Esse cenário se prolongou, de forma generalizada, em todos os setores da economia até 2014.

No período de 2000 a 2010 (e até 2014, aproximadamente), o mercado de trabalho em Pelotas acompanhou a mesma dinâmica vivenciada em nível nacional e também do estado do Rio Grande do Sul, com uma melhoria generalizada dos principais indicadores. Assim, verificou-se uma forte expansão da ocupação (+18,8%), sobretudo do emprego formal protegido (+35,4%), bem como uma forte redução do número de desempregados (-53,5%) e das taxas de desemprego, acompanhados de uma estabilização das ocupações informais (+0,4%). Essa dinâmica positiva se efetivou no contexto de uma economia local centrada nos serviços, que representavam $\frac{3}{4}$ do produto interno bruto municipal, e no qual a indústria respondia por apenas 11,9% do PIB municipal, em 2014.

Apesar da melhoria dos indicadores, os sinais de vulnerabilidade e desigualdade no mercado de trabalho são ainda muitos marcantes nesse período, com a persistência de elevados níveis de informalidade, que afetam, aproximadamente, 33,6% da população ativa de Pelotas. Ademais, verifica-se importante vulnerabilidade de parcelas da população ocupada, como menores, jovens e mulheres, cujas taxas de desemprego estão bem acima da média. Além disso, os dados revelam uma significativa participação dos trabalhadores por conta própria, dos trabalhadores domésticos e dos trabalhadores não remunerados no mercado de trabalho local, categorias que, tradicionalmente, apresentam elevada informalidade.

Esse período virtuoso de melhoria dos indicadores de mercado de trabalho, considerando-se o conjunto dos dados agregados, dura até 2014, quando os sinais mais evidentes de crise atingem o mercado de trabalho no Brasil e em Pelotas. A partir de então, observa-se que os principais indicadores de mercado de trabalho passam a piorar. Com isso, ressurgem um cenário de redução do emprego protegido e de crescimento do desemprego, que passa a desafiar, novamente, as políticas públicas de emprego, trabalho e renda.

Em Pelotas, de 2010 a 2014, o estoque de empregos formais cresceu 14,3%, segundo a RAIS³. Porém, isso não ocorreu de forma homogênea, uma vez que em alguns setores específicos, como na indústria, na construção civil e na agricultura, já se apresentavam saldos negativos de emprego antes de 2014. A indústria, por exemplo, entre 2013 e 2015, experimentou uma redução de 20,9% no estoque de vínculos do setor, tendo sido perdidos 2.575 vínculos formais de emprego, segundo a RAIS.

Do total de vínculos de emprego destruídos em 2015, 2.995, a indústria respondeu por 41,5%, o que evidencia que a crise do emprego atinge centralmente esse setor de atividade no município de Pelotas, mesmo considerando que sua participação na estrutura do emprego formal fosse apenas de 12,7%, em 2015.

Proporcionalmente, o impacto da crise sobre o comércio e os serviços mostrou-se menor, uma vez que esses setores, apesar de responderem por 76,5% do produto interno bruto (em 2014) e por 81,3% dos empregos formais (em 2015, segundo a RAIS), responderam por apenas 36,6% do saldo negativo do emprego neste último ano (RAIS). Já em 2016, segundo dados do CAGED, esses mesmos dois setores, que respondem por 78,5% do estoque de empregos celetistas e por 68,9% do total da movimentação, respondem por 59,3% do saldo negativo daquele ano.

Os dados sobre perfil dos vínculos e rendimentos referentes ao ano de 2016 revelam importantes desigualdades no mercado de trabalho local. Por um lado, é importante registrar que a crise econômica recente intensificou o desligamento de trabalhadores adultos e idosos, de homens e de trabalhadores menos escolarizados, o que pode estar associado, pelo menos em parte, à tentativa das empresas de reduzir custos salariais, mantendo preferencialmente em seus quadros jovens e mulheres, categorias que apresentam médias salariais mais baixas.

Por outro lado, a manutenção dos trabalhadores mais escolarizados pode estar associada, por sua vez, a outros fatores como à valorização da formação escolar e da produtividade em um contexto profissional de aumento da necessidade dos trabalhadores lidarem com fluxos de informações, uso de novas tecnologias, atividades relacionais, etc., mesmo em ocupações mais simples.

No tocante aos dados sobre rendimento, os dados de 2016 revelaram que as movimentações se concentraram nos vínculos e ocupações que apresentam níveis de rendimento mais baixos, o que expressa uma tendência geral do mercado formal de trabalho no Brasil que apresenta baixos níveis salariais. Em contexto de crise, esse processo tende a se acentuar, como mostram os dados disponibilizados no Relatório de 2016, na medida em que as médias salariais dos trabalhadores admitidos é mais baixa que a média salarial dos trabalhadores desligados.

³ A Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, assim como o CAGED, é uma base administrativa sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho.

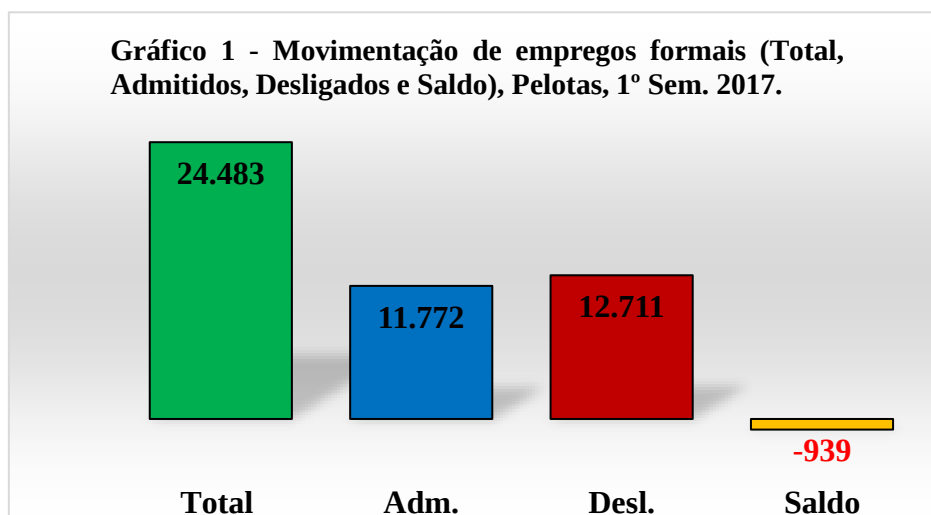
Trata-se, provavelmente, de um importante mecanismo de redução de custos salariais, o que torna a rotatividade, traço característicos do mercado de trabalho brasileiro, uma importante ferramenta de redução de custos, mas com consequências negativas, para empregadores e empregados, em termos de preservação e ampliação das qualificações e competências profissionais.

Cabe salientar, que as desigualdades salariais se expressam, ainda, de maneira marcante quando se trata de sexo, idade e escolaridade. Em 2016, em nível local, os homens, trabalhadores mais idosos e trabalhadores com nível superior de escolaridade apresentam médias salariais bem mais elevadas que as demais categorias. No tocante às desigualdades setoriais, no entanto, essas se mostraram menos expressivas.

Este Relatório está dividido em seis seções que objetivam caracterizar a conjuntura do emprego no município, onde são apresentados os dados de movimentação (admissões, desligamentos e saldos) totais, mensais e setoriais, e de estoques totais e setoriais (seções 1, 2 e 3); as características ocupacionais das movimentações (por grandes grupos ocupacionais) e as ocupações mais movimentadas (seção 4); o perfil dos vínculos movimentados em termos de sexo, idade e grau de instrução (seção 5); bem como dados sobre rendimentos das movimentações (seção 6).

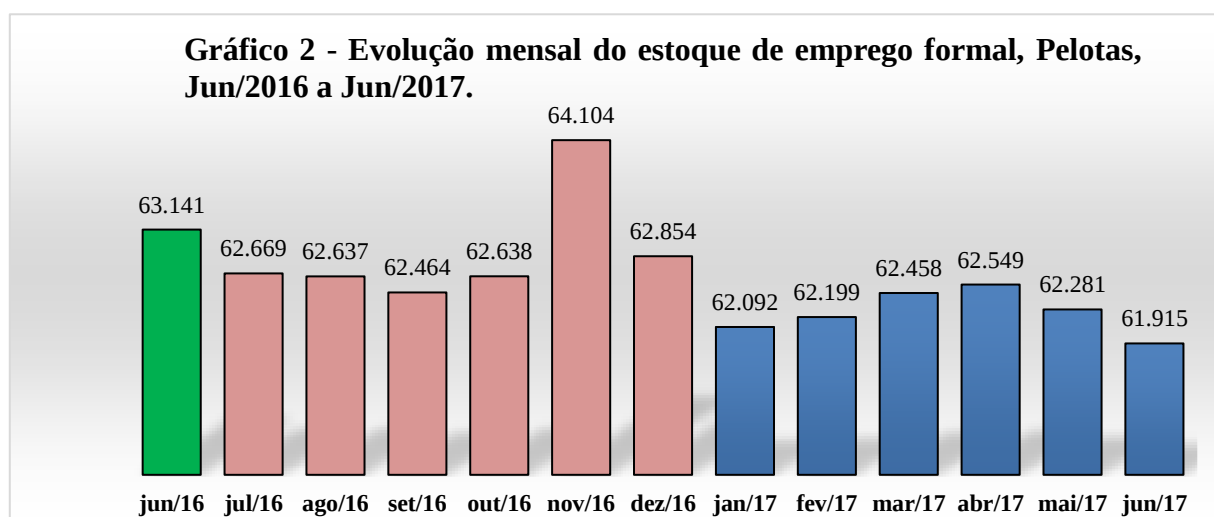
1. MOVIMENTAÇÃO E ESTOQUE DO EMPREGO FORMAL

Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho (MTb), no primeiro semestre de 2017, ocorreram, em Pelotas, 24.483 movimentações, sendo 11.772 admissões e 12.711 desligamentos, o que resultou em um saldo negativo de 939 vínculos formais de emprego, conforme o Gráfico 1.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

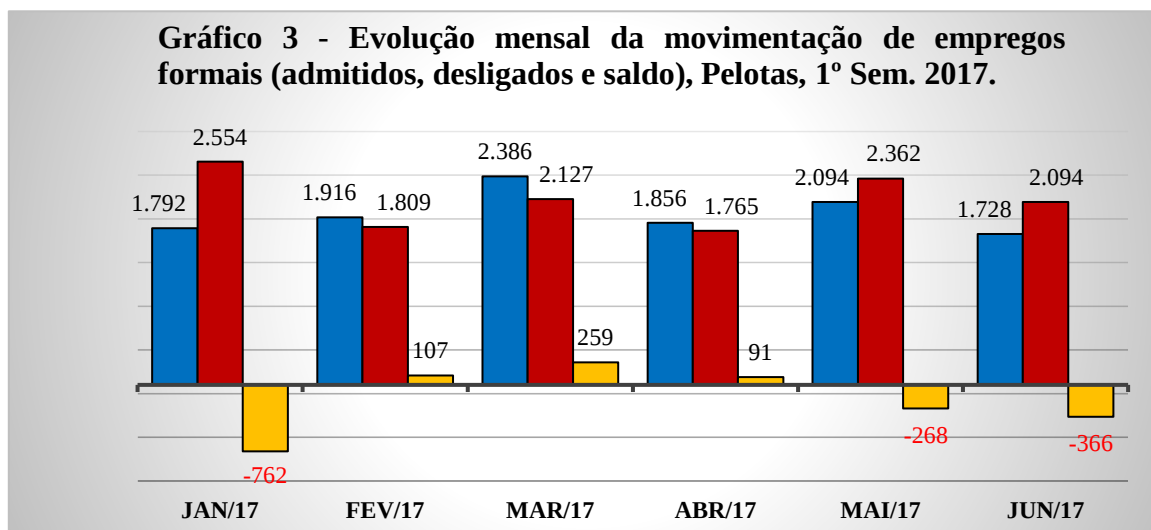
A variação negativa no saldo do emprego formal durante o semestre fez com que o estoque total caísse de 62.854 vínculos, em dezembro de 2016, para 61.915, em junho de 2017, uma redução de -1,49%. Conforme o Gráfico 2, também se percebe a diferença do estoque total em junho de 2017 em relação ao mesmo mês do ano anterior, quando registravam-se 1.226 vínculos a mais.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

Os estoques, entre janeiro e junho de 2017 (Gráfico 2) oscilam discretamente, atingindo seu maior valor em abril (62.549 vínculos) e seu menor valor do semestre - e também do período de 13 meses - no mês de junho (61.915 vínculos). Os estoques observados no 1º semestre de 2017 são

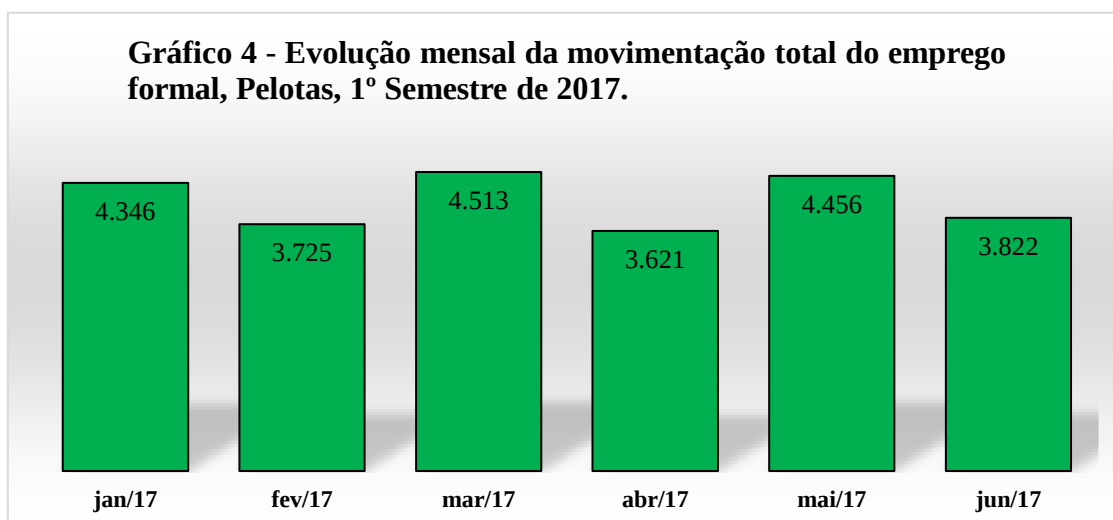
inferiores aos observados no 1º semestre de 2016, mas apresentam comportamento semelhante com leve crescimento seguido de queda ao final do período. Esse crescimento do estoque de vínculos (com pico neste semestre em abril), assim como o estoque elevado registrado em novembro/16, refletem comportamentos sazonais da demanda de trabalhadores, em particular para a indústria de alimentação.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

Os dados do Gráfico 3 mostram que, no primeiro semestre de 2017, três meses apresentaram saldos negativos, com destaque para o desempenho negativo no mês de janeiro (-762), e três meses saldo positivo, mas o saldo ao final do semestre foi negativo, com a perda de 939 vínculos.

Comparado ao 1º semestre de 2016 (com saldo de -1.484 vínculos), observa-se que ocorreu uma redução na perda de vínculos no período, bem como mais meses apresentaram saldos positivos, uma vez que em igual período de 2016, somente o mês de março apresentou saldo positivo.

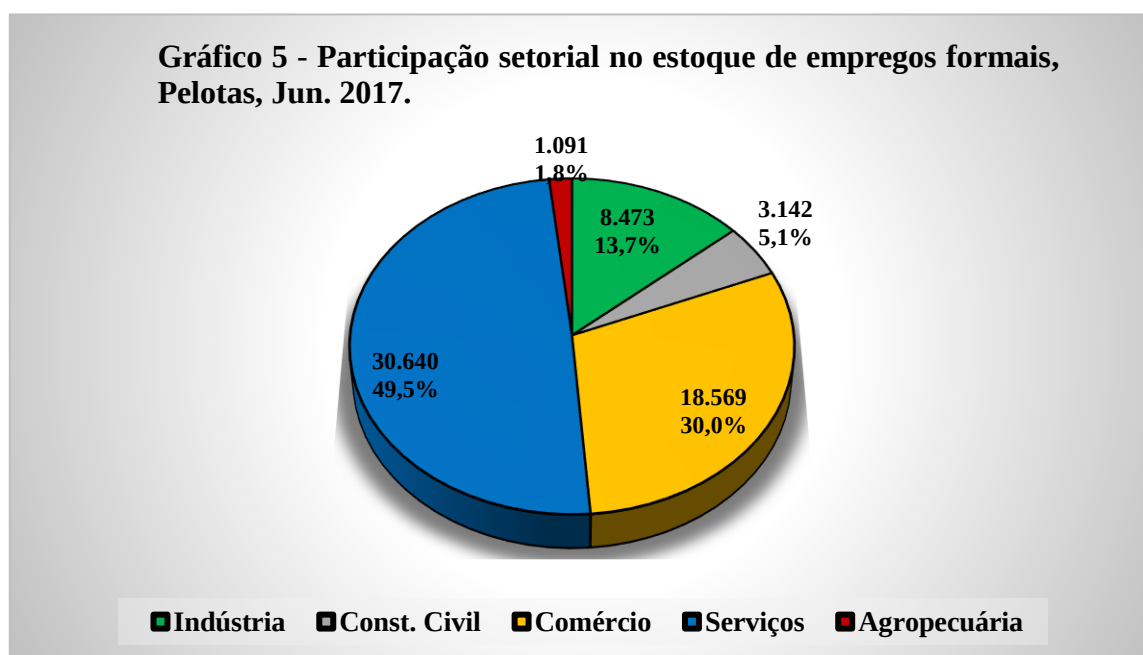


Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

Ao se observar a movimentação total no primeiro semestre de 2017, conforme o Gráfico 4, verifica-se que ocorre uma oscilação entre crescimento e redução da movimentação. Quando se compara com o mesmo período de 2016, verifica-se que em dois meses (janeiro e maio) a movimentação total no primeiro semestre de 2017 foi superior ao de 2016 e, nos outros quatro meses (fevereiro, março, abril e junho) ela foi inferior aos níveis observados no mesmo período em 2016.

2. ESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO SETORIAL DO EMPREGO

O estoque total do emprego formal celetista, com 61.915 vínculos em junho de 2017, é composto por 30.640 vínculos (49,5%) no setor de serviços, 18.569 (30%) no comércio, 8.473 (13,7%) na indústria, 3.142 (5,1%) na construção civil e 1.091 (1,8%) na agropecuária. O Gráfico 5 representa a participação dos grandes setores da atividade econômica (IBGE) no estoque total do emprego formal celetista no município de Pelotas.

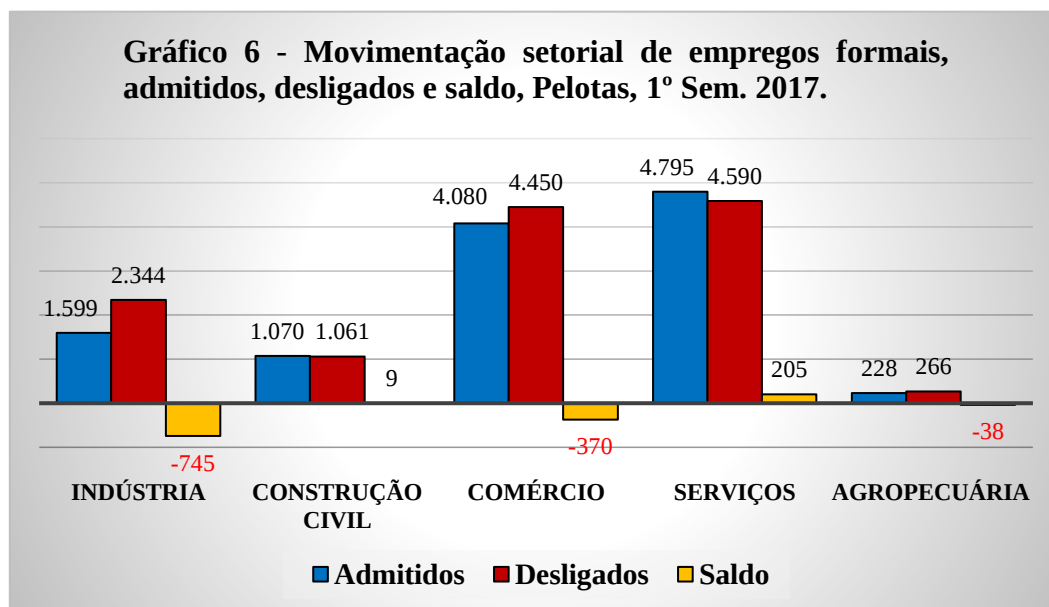


Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

Em relação à movimentação do emprego nos grandes setores da economia, conforme o Gráfico 6, observa-se que o maior volume de admitidos e desligados está concentrado nos setores de serviços e comércio, respectivamente. Estes dois setores, juntos, respondem por 73,2% do volume total das movimentações ao longo do semestre, e representam 79,5% do estoque total de empregos formais celetistas.

O setor de serviços é o único setor que apresenta um saldo positivo significativo (+205 vínculos) no semestre, uma vez que o saldo da construção civil foi muito baixo, de apenas +9 vínculos. Os serviços respondem por 38,3% das movimentações, o que fica bem abaixo de sua participação no

estoque total de empregos, que é de 49,5%. No comércio, cuja participação nas movimentações foi maior que sua participação no estoque, respectivamente, 34,8% e 30%, observa-se o segundo saldo negativo mais elevado do semestre (-370 vínculos).



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

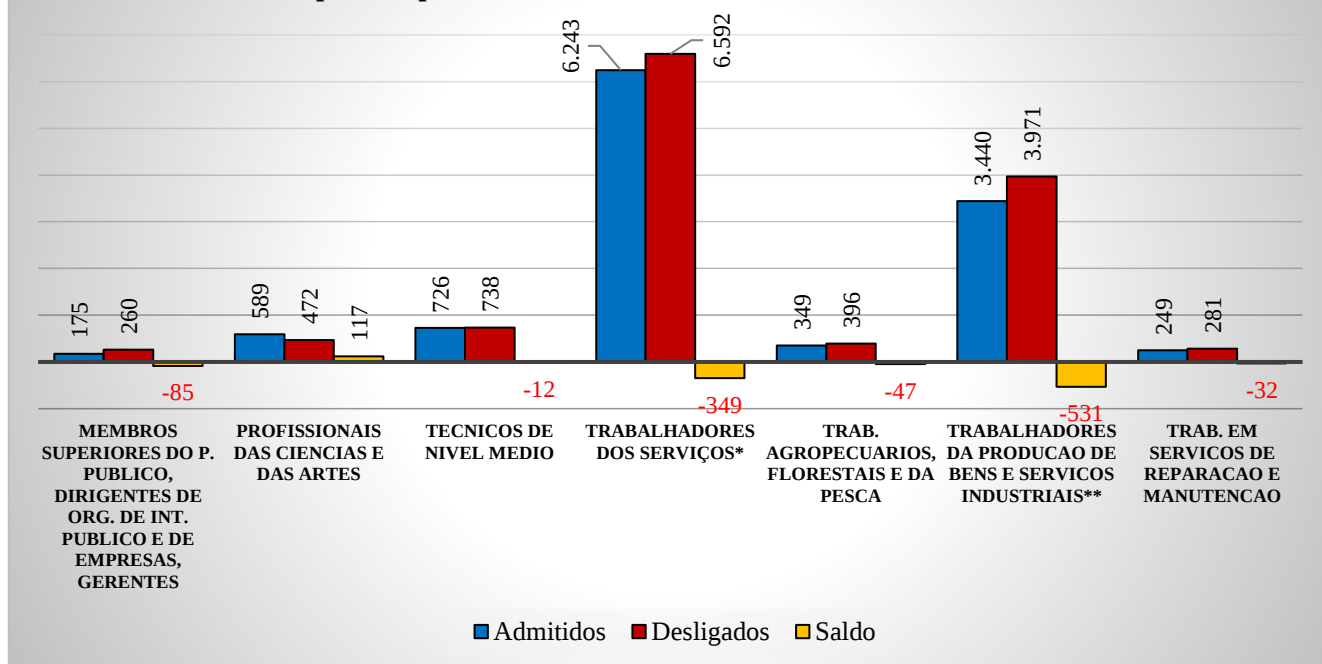
A indústria, que responde por 16,1% das movimentações e por 13,7% do estoque, registrou o saldo negativo mais elevado, de -745 vínculos. A agropecuária também apresentou saldo negativo, de -38 vínculos. Ao contrário do primeiro semestre de 2016, quando todos os setores apresentaram saldos negativos, em 2017, a construção civil e os serviços apresentaram saldos positivos, ainda que discretos. No entanto, quando comparados ao estoque no primeiro semestre de 2016, todos os setores apresentam redução no estoque de vínculos formais, com exceção do setor de serviços que registrou ligeiro crescimento.

3. MOVIMENTAÇÃO OCUPACIONAL

Observando-se a movimentação, a partir dos grandes grupos ocupacionais, Gráfico 7, verifica-se que as maiores movimentações ocorrem entre os Trabalhadores dos Serviços (6.243 admitidos e 6.592 desligados) e Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais (3.340 admitidos e 3.971 desligados), respectivamente.

Em relação aos saldos das movimentações, verifica-se que somente um, dos sete grupos ocupacionais, teve saldo positivo, que foi o grupo de profissionais das ciências e artes (+117). Os três maiores saldos negativos foram registrados em Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais (-531), Trabalhadores dos Serviços (-349) e Membros Superiores do Poder Público, Dirigentes de Organizações de Interesse Público e de Empresas, Gerentes (-85).

Gráfico 7- Movimentações de empregos formais (admitidos, desligados e saldo) por Grandes Grupos Ocupacionais, Pelotas, 1º Sem. 2017.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

*Agrega as categorias “Trabalhadores de Serviços Administrativos” e “Trabalhadores dos Serviços, Vendedores do Comércio em Lojas e Mercado” contidas originalmente na classificação “Grandes Grupos Ocupacionais” da CBO;

**Agrega as categorias “Trabalhadores de Produção de Bens e Serviços Industriais” e “Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industr” contidas originalmente na classificação “Grandes Grupos Ocupacionais” da CBO.

No que concerne à movimentação segundo as ocupações, verifica-se que do total das 11.772 admissões observadas em Pelotas no primeiro semestre de 2017, 8.183 (69,5%) ocorreram entre as vinte ocupações com maior número de admitidos, conforme o Quadro 1. Juntas, as ocupações de “Vendedores e Demonstradores em Lojas ou Mercados” (1.852), “Escriturários em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos”, (897) e “Trabalhadores nos Serviços de Manutenção de Edificações” (644), respondem por 3.393 admissões, o que representa 28,8% do total.

Quadro 1 – Vinte ocupações com maior número de admissões, Pelotas, 1º semestre de 2017.

CBO 2002 Família	Admitidos	
	Nº	%
Vendedores e Demonstradores em Lojas ou Mercados	1.852	15,73
Escriturários em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos	897	7,62
Trabalhadores nos Serviços de Manutenção de Edificações	644	5,47
Ajudantes de Obras Cíveis	576	4,89
Caixas e Bilheteiros (Exceto Caixa de Banco)	449	3,81
Trabalhadores de Cargas e Descargas de Mercadorias	423	3,59
Motoristas de Veículos de Cargas em Geral	415	3,53
Porteiros, Guardas e Vigias	402	3,41
Garçons, Barmen, Copeiros e Sommeliers	373	3,17
Trabalhadores de Estruturas de Alvenaria	360	3,06
Almoxarifes e Armazenistas	277	2,35
Recepcionistas	211	1,79
Técnicos e Auxiliares de Enfermagem	190	1,61
Alimentadores de Linhas de Produção	186	1,58
Cozinheiros	181	1,54
Trabalhadores de Embalagem e de Etiquetagem	171	1,45
Trabalhadores Auxiliares nos Serviços de Alimentação	152	1,29
Operadores na Fabricação de Paes, Massas e Doces	123	1,04
Magarefes e Afins	102	0,87
Padeiros, Confeiteiros e Afins	101	0,86
Farmacêuticos	98	0,83
Total 20	8.183	69,51
Total Admissões	11.772	100,00

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

Dos 12.711 desligamentos registrados no primeiro semestre de 2017, 8.823, isto é, 69,4%, ocorreram entre as vinte ocupações com maior número de desligados, conforme o Quadro 2. Observando-se as três ocupações com maior volume de desligamentos, verifica-se que são as mesmas que apresentam maior volume de admissões. Essas ocupações representam, respectivamente, 16,3%, 7,3 e 4,7% do total, e respondem, juntas, por 3.606 desligamentos, isto é, cerca de 28% do total. Desta forma, são as ocupações que apresentam o maior volume total de movimentações.

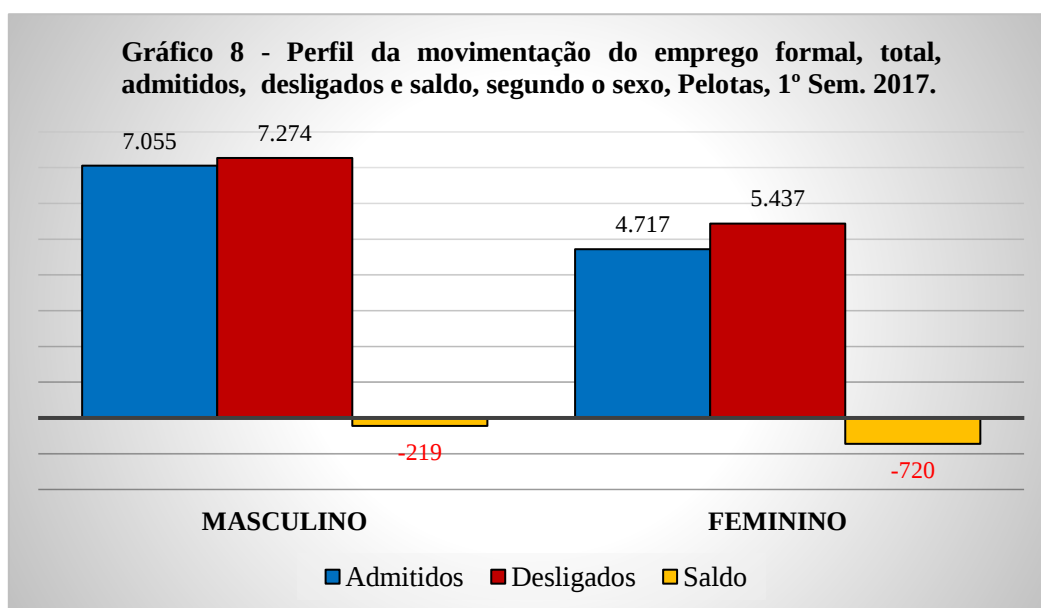
Quadro 2 - Vinte ocupações com maior número de desligamentos, Pelotas, 1º semestre de 2017.

CBO 2002 Família	Desligados	
	Nº	%
Vendedores e Demonstradores em Lojas ou Mercados	2.077	16,34
Escriturários em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos	928	7,30
Trabalhadores nos Serviços de Manutenção de Edificações	601	4,73
Ajudantes de Obras Cíveis	512	4,03
Alimentadores de Linhas de Produção	485	3,82
Caixas e Bilheteiros (Exceto Caixa de Banco)	469	3,69
Garçons, Barmen, Copeiros e Sommiers	433	3,41
Motoristas de Veículos de Cargas em Geral	399	3,14
Porteiros, Guardas e Vigias	394	3,10
Trabalhadores de Cargas e Descargas de Mercadorias	352	2,77
Trabalhadores de Estruturas de Alvenaria	330	2,60
Operadores na Fabricação de Paes, Massas e Doces	289	2,27
Almoxarifes e Armazenistas	278	2,19
Recepcionistas	211	1,66
Cozinheiros	188	1,48
Trabalhadores de Embalagem e de Etiquetagem	188	1,48
Técnicos e Auxiliares de Enfermagem	177	1,39
Trabalhadores na Fabricação e Conservação de Alimentos	160	1,26
Trabalhadores Auxiliares nos Serviços de Alimentação	133	1,05
Padeiros, Confeiteiros e Afins	110	0,87
Técnicos de Vendas Especializadas	109	0,86
Total 20	8.823	69,41
Total Desligamentos	12.711	100,00

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

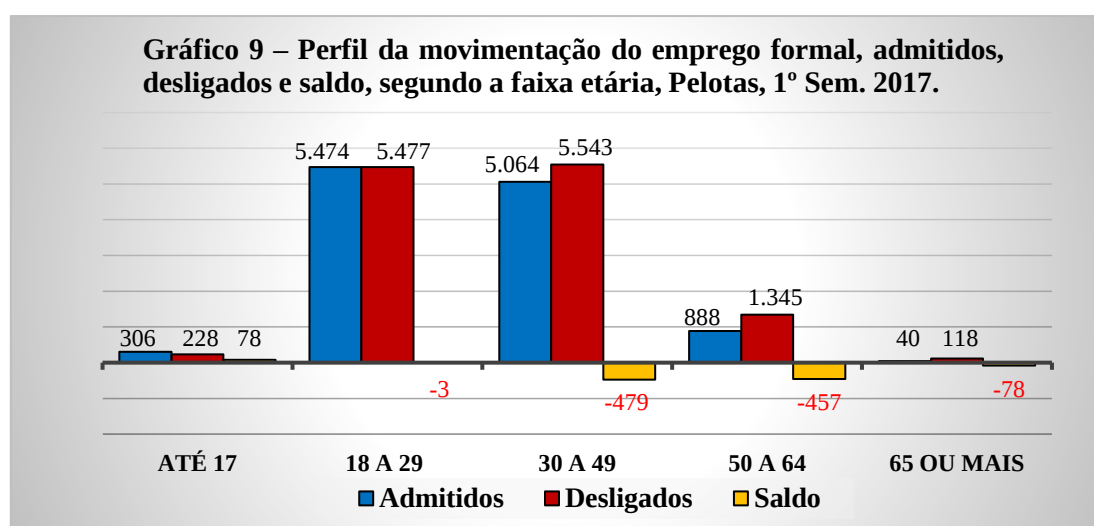
4. PERFIL DOS VÍNCULOS MOVIMENTADOS

Analisando-se o perfil das movimentações segundo o sexo, conforme o Gráfico 8, observa-se que os homens (14.329) constituem a maioria dos vínculos movimentados, correspondendo a 58,5% do total, enquanto as mulheres, com 10.154 movimentações, representam 41,5% do total das movimentações. Porém, os dados mostram que as mulheres, com saldo de -720 vínculos, foram mais atingidas pelos desligamentos do que os homens, o que permite concluir que a participação feminina no mercado de trabalho de Pelotas reduziu-se nesse período.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED

Analisando-se o perfil das movimentações segundo a faixa etária, conforme o Gráfico 9, verifica-se que a maior parte da movimentação (10.951) ocorreu na faixa etária de 18 a 29 anos, correspondendo a 44,7% do total, seguida pela categoria de 30 a 49 anos de idade (10.607), com participação de 43,3% no total das movimentações. Os adultos de 50 a 64 anos de idade (2.233) têm uma participação bem menos expressiva, correspondendo a 9,1% do total, assim como os menores até 17 anos de idade (534) e das pessoas de 65 anos ou mais de idade (158), com participação pouco significativa, respectivamente de 2,2% e 0,6%.

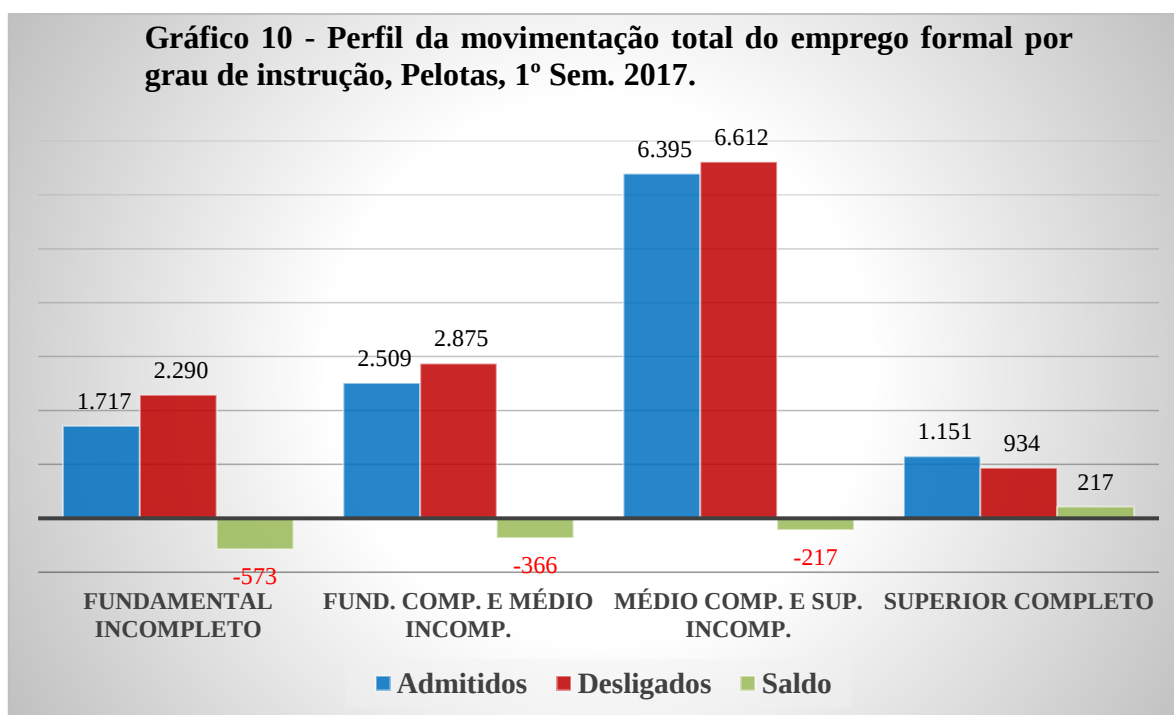


Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

Vale ressaltar que a participação dos menores e dos jovens na movimentação total é maior que sua participação no estoque total de empregos, ocorrendo o contrário com as demais categorias de adultos. Esse dado sugere que os jovens estão mais vulneráveis à rotatividade. No entanto, são os

mais velhos que têm sido mais atingidos pelos desligamentos, com os saldos negativos concentrados nos trabalhadores de 30 a 64anos.

Analisando-se as movimentações segundo o grau de instrução (Gráfico 10), verifica-se que a maior parte dos vínculos movimentados (13.007) é formada por pessoas com ensino médio completo ou superior incompleto, que corresponde a 59,8% do total. Os empregados com ensino fundamental completo ou médio incompleto (5.384) representam 20,7% do total da movimentação.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

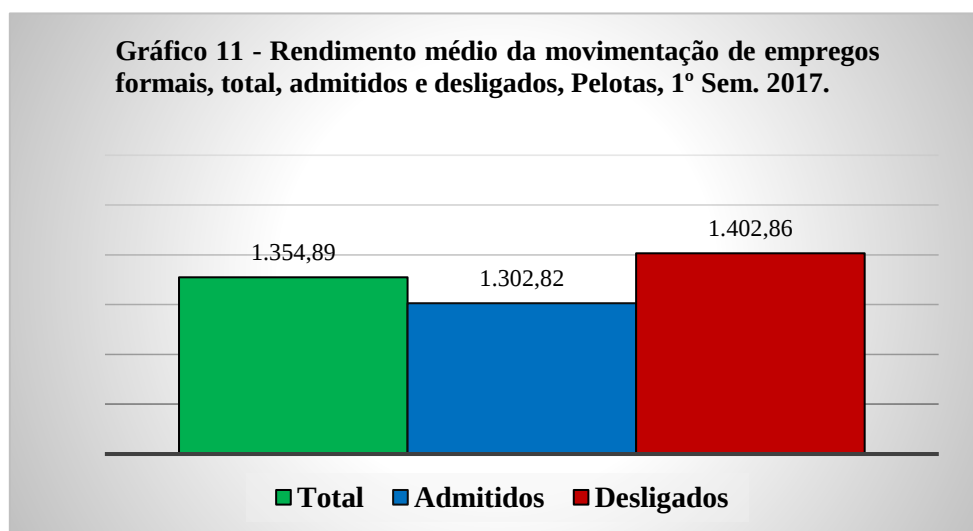
Os empregados com ensino fundamental incompleto (4.007), que possuem uma baixa escolaridade para os atuais padrões do mercado de trabalho, têm uma participação significativa e representam 12,2% do total da movimentação. Já os empregados que possuem ensino superior completo (2.085), ou seja, com escolaridade elevada, perfazem apenas 8,52% do total de vínculos movimentados. Cabe ressaltar que a faixa dos empregados com ensino superior é a única com saldo positivo (+217 vínculos) entre todas.

É possível notar que quanto menor o nível de escolaridade, maior foram os saldos negativos, ensino médio completo e superior incompleto (-217 vínculos), fundamental completo e médio incompleto (-366 vínculos) e fundamental incompleto (-573 vínculos), o que indica que o grau de instrução tem sido um critério relevante para a manutenção e conquista de postos de trabalho para a população.

5. RENDIMENTOS DAS MOVIMENTAÇÕES DO EMPREGO FORMAL

5.1. Rendimentos médios totais

Analisando-se os rendimentos médios nominais, em reais, dos vínculos de emprego movimentados ao longo do primeiro semestre de 2017, em Pelotas, observa-se, conforme o Gráfico 11, que o rendimento médio do total das movimentações era de R\$ 1.354,89. O rendimento médio dos admitidos, era de R\$ 1.302,82, e correspondia a 92,87% do rendimento dos desligados, que era de R\$ 1.402,86.



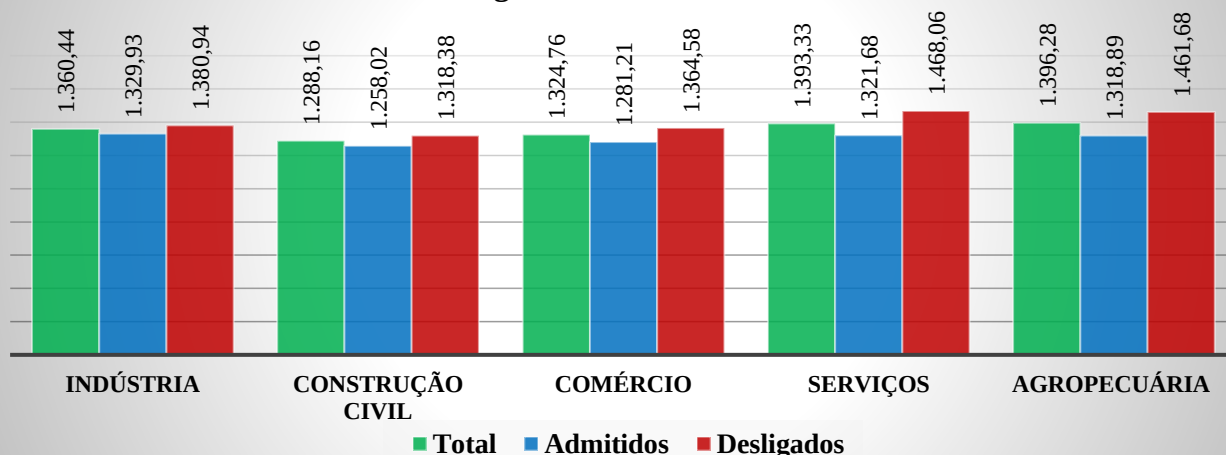
Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

5.2. Rendimentos médios por setores da atividade econômica

Na análise dos rendimentos médios pelos grandes setores da atividade econômica (IBGE), conforme o Gráfico 12, observa-se que o maior rendimento do total das movimentações foi no setor da Agropecuária, R\$ 1.396,28, seguido do setor dos serviços, R\$ 1.393,33. A construção civil registrou o menor rendimento médio da movimentação total R\$ 1.288,16.

Os rendimentos médios dos admitidos são sempre inferiores aos dos desligados e as maiores diferenças foram verificadas nos serviços e na agropecuária, onde o rendimento dos admitidos correspondeu, respectivamente, a 90% e 90,2% do rendimento dos desligados. Na indústria, o rendimento médio dos admitidos correspondeu a 96,3% dos desligados, enquanto que na construção civil correspondeu a 95,4%.

Gráfico 12 - Rendimento Médio Setorial da movimentação de empregos formais, admitidos, desligados e total, Pelotas, 1º Sem. 2017.

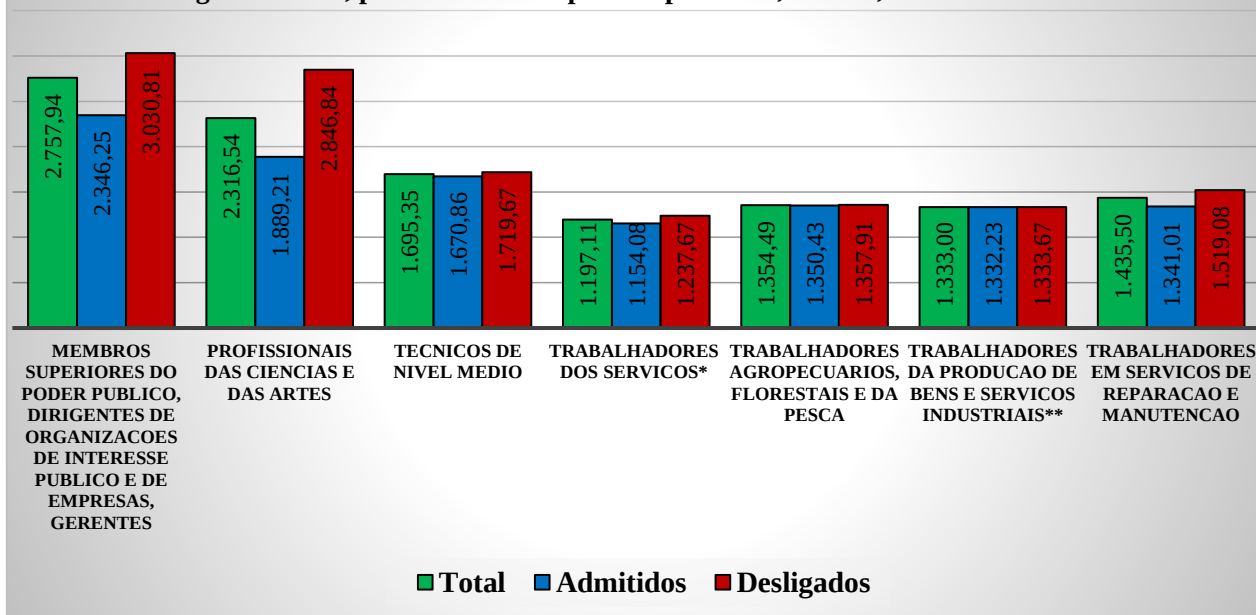


Fonte: Ministério do Trabalho (MTb) – CAGED.

5.3. Rendimentos médios por grandes grupos ocupacionais

Em relação aos rendimentos médios por grandes grupos ocupacionais (CBO), conforme o Gráfico 13, verifica-se que os maiores rendimentos de admissão e demissão foram no grupo de Membros Superiores do Poder Público, Dirigentes de Organizações de Interesse Público e de Empresas e Gerentes (com rendimento médio total de R\$ 2.757,94), seguido do grupo de Profissionais das Ciências e das Artes (R\$ 2.316,54). A categoria de Trabalhadores dos Serviços é a que possuiu o menor rendimento médio da movimentação total, R\$ 1.237,67.

Gráfico 13 - Rendimento Médio da movimentação de empregos formais, admitidos, desligados e total, por Grandes Grupos Ocupacionais, Pelotas, 1º Sem. 2017.

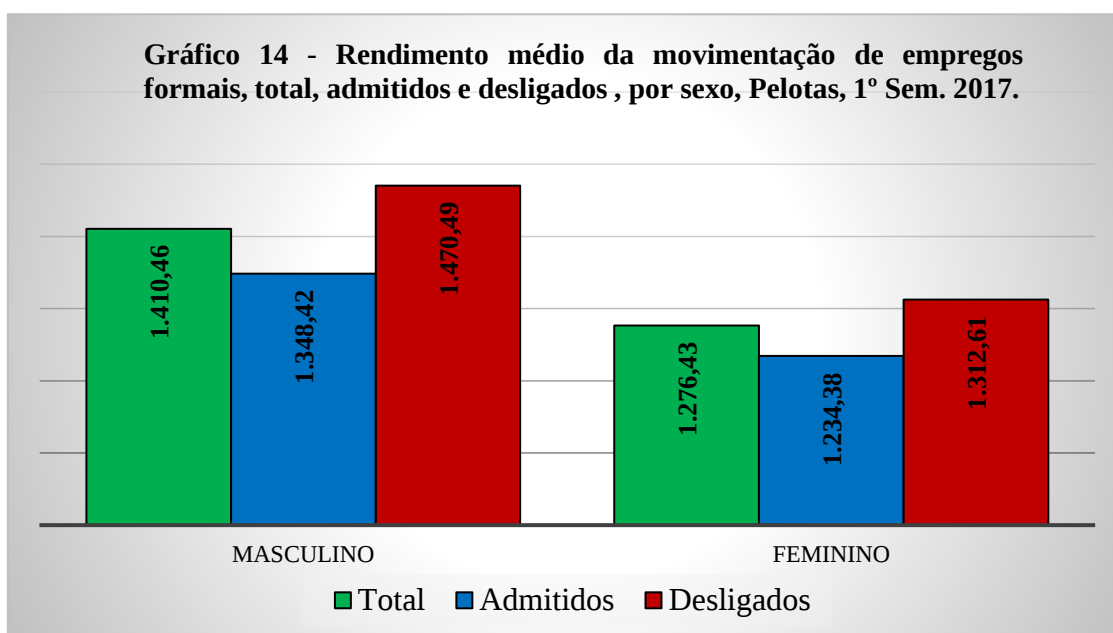


Fonte: Ministério do Trabalho (MTb) - CAGED

Os rendimentos médios dos admitidos são sempre inferiores aos dos desligados e as maiores diferenças foram verificadas nos grupos que tiveram os maiores rendimentos. Entre os Profissionais das Ciências e das Artes o rendimento do admitidos correspondeu a 66,4% do rendimento dos desligados e entre os Membros Superiores do Poder Público, Dirigentes e Gerentes essa correspondência foi de 77,4%. Apenas nos grupos de Trabalhadores Agropecuários, Florestais e da Pesca e de Trabalhadores de Produção de Bens e Serviços Industriais os rendimentos médios de admissão e desligamento foram praticamente equivalentes, pois o rendimento dos admitidos foi correspondente a 99,4% e a 99,9% dos desligados, respectivamente.

5.4. Rendimentos médios segundo o perfil dos vínculos

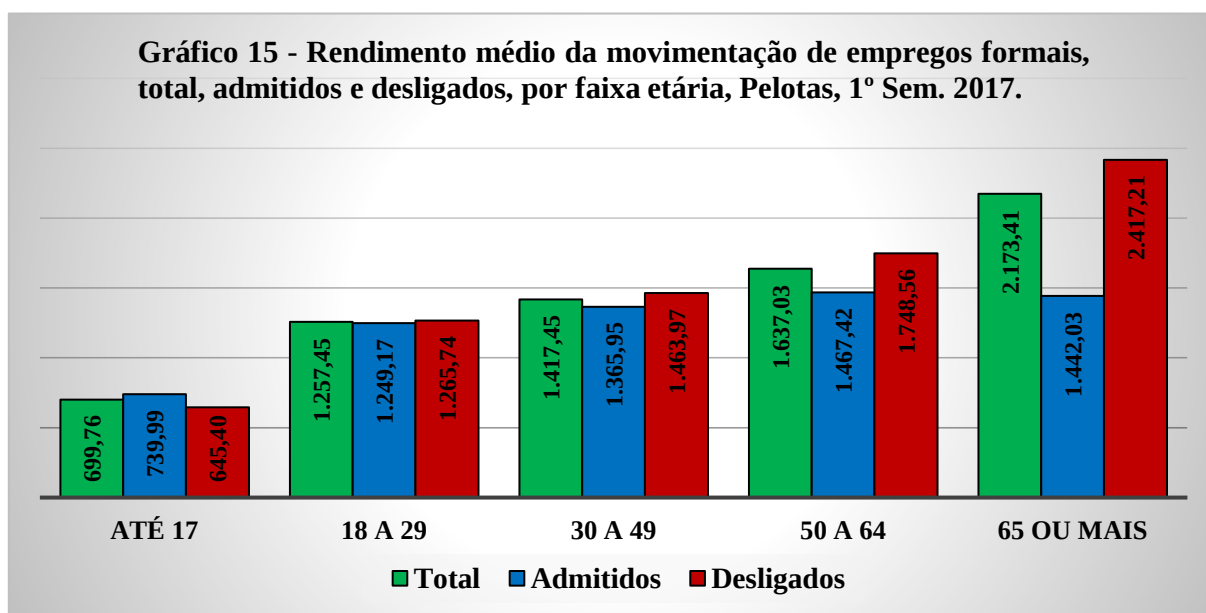
No 1º semestre de 2017, o rendimento médio do total das movimentações das mulheres, de R\$1.276,43, representava 90,5% do rendimento masculino, de R\$ 1.410,46 (Gráfico 14). Em ambos os sexos, o rendimento médio dos admitidos é inferior ao dos desligados, assim como os rendimentos médios masculinos são sempre superiores aos femininos. Entre admitidos, os rendimentos femininos representavam 91,5% dos rendimentos masculinos, enquanto entre os desligados 89,3%.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

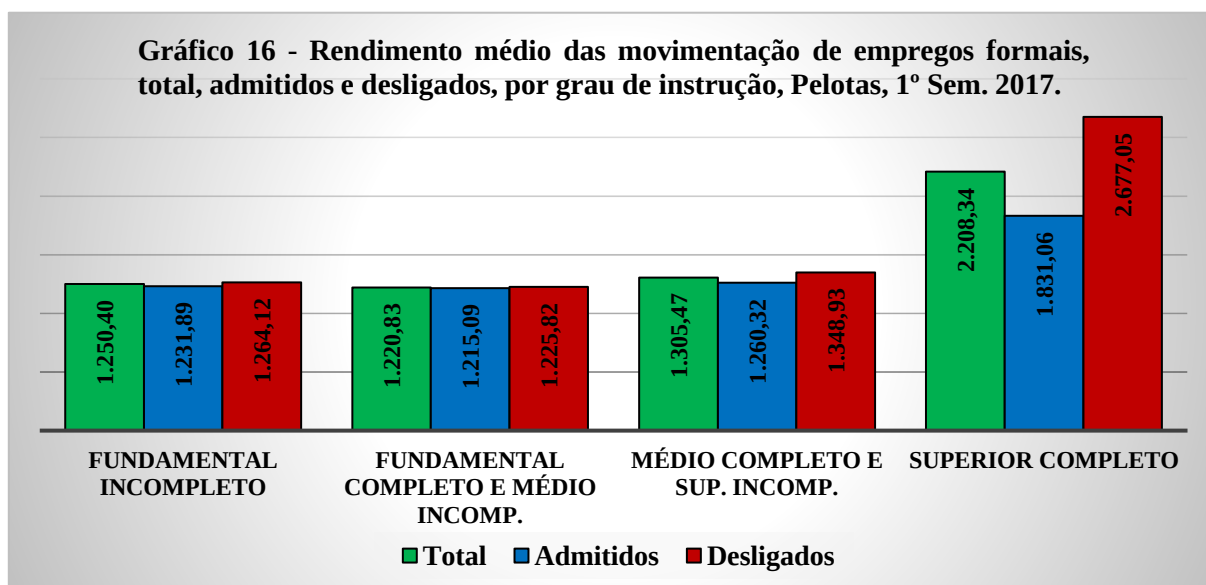
Analisando-se os rendimentos médios dos vínculos movimentados por faixa etária, conforme o Gráfico 15, verifica-se que as remunerações crescem na medida em que a idade avança. O rendimento médio da faixa até 17 anos, de R\$ 699,76, representa apenas 51,6% do rendimento médio total (R\$ 1.354,89). Já na faixa de 18 a 29 anos, com rendimento médio de R\$ 1.257,45, este corresponde a 92,81% do rendimento médio total.

Considerando os rendimentos dos jovens de forma desagregada, verifica-se que entre 18 a 24 anos, o rendimento corresponde a somente 86,9% do rendimento médio total enquanto, a faixa de 25 a 29 anos já supera o rendimento médio total (101,3%). Nota-se, portanto, uma diferença significativa entre os jovens quando se observa os dados de forma desagregada. Quanto maior a faixa etária, mais os rendimentos superam o rendimento médio total, chegando a representar 160,4% do mesmo na faixa etária de 65 anos ou mais (R\$ 2.173,41).



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

Observa-se, igualmente, que somente na primeira faixa etária (até 17 anos de idade), o rendimento médio dos admitidos é levemente superior ao dos desligados. Já nas faixas seguintes, os rendimentos dos admitidos são inferiores aos dos desligados. Na faixa de 65 anos ou mais, o rendimento médio dos admitidos corresponde a apenas 60% do rendimento médio dos desligados.



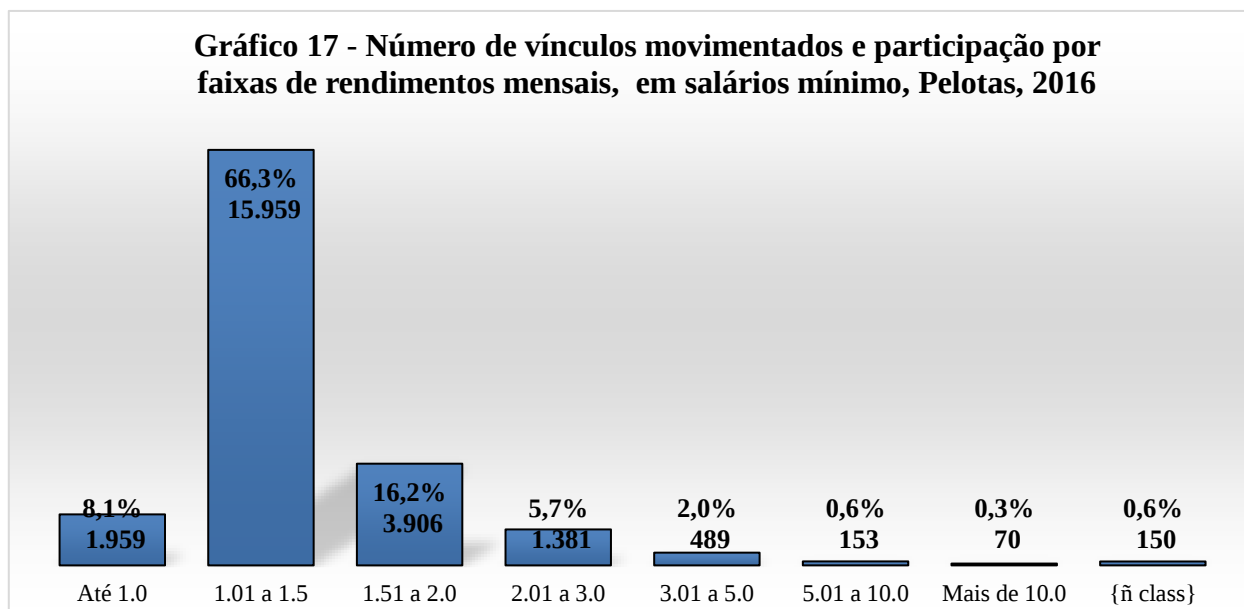
Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

Analisando-se os rendimentos médios segundo o grau de instrução, conforme o Gráfico 16, constata-se que os maiores rendimentos da movimentação total são os dos empregados que possuem ensino superior completo, com R\$ 2.208,34, o que corresponde a 163% do rendimento médio total (R\$ 1.354,89). Trata-se de um patamar de rendimento que se encontra muito acima das demais categorias, quase todas situadas abaixo do rendimento médio total.

Além dos empregados com nível superior completo, apenas os que possuem o nível médio completo/superior incompleto (R\$ 1.305,47) apresentam rendimento médio que se aproxima da média total. Os empregados com fundamental completo/ensino médio incompleto são os que apresentam o menor rendimento médio, de R\$ 1.220,83, que corresponde a 93,5% do rendimento médio total.

5.5. Rendimentos por faixas em salários mínimos

Analisando-se os vínculos movimentados por faixas de rendimento, em salários mínimos, conforme o Gráfico 17, constata-se uma forte concentração nas faixas de rendimento mais baixas. Do total de vínculos movimentados, 66,3% concentram-se na faixa de 1.01 a 1.5 salários mínimos e 90,7% recebem até 2.0 salários mínimos. A participação das faixas de rendimento mais elevadas no conjunto das movimentações mostra-se muito pequena, com apenas 2,96% do total de vínculos acima de 3 salários mínimos e 0,93% acima de 5 salários mínimos.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

NOTA METODOLÓGICA

A base de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) se baseia na declaração mensal ao Ministério do Trabalho (MTb) prestada pelos estabelecimentos empregadores que informam as movimentações de vínculos empregatícios celetistas realizados no mês de competência da declaração, isto é, as admissões e desligamentos, bem como as informações básicas de caracterização do estabelecimento e de seus trabalhadores movimentados. Os dados do CAGED referem-se apenas aos empregos formais celetistas declarados, estando excluídos os empregos estatutários e os empregos e ocupações informais. É importante sublinhar, ainda, que estes dados estão sujeitos a ajustes, tendo em vista as declarações realizadas fora do prazo regular. Os dados apresentados neste Relatório levam em consideração as declarações no prazo e as declarações fora do prazo, tendo sido levantados em 07 de novembro de 2017. Os dados sobre remuneração levam em consideração apenas as declarações realizadas no prazo.

OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO – IFISP/UFPeI

Coordenador: Prof. Francisco E. Beckenkamp Vargas

Subcoordenador do Acordo de Cooperação UFPeI/MTb: Hilbert David de Oliveira Sousa

Bolsistas de Extensão: Daniel Enke Ilha e Michel Corvello Martins

Supervisora em Pesquisa e Extensão: Rafaella Egues da Rosa

Portal na internet: <http://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial>

E-mail: observatoriosocialdotrabalho@gmail.com

Facebook: www.facebook.com/observatoriodaufpel/

Twitter: <https://twitter.com/ufpeltrabalho>

Fone: (53) 3284-5545 (IFISP/UFPeI)